

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 066

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Durval Amaral</i> |
| <i>Líder da Oposição</i> | <i>Waldyr Pugliesi</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Algaci Tulio</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Sérgio Spada</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Nereu Moura</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Hermes Fonseca</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Luiz Carlos Zuk</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Edno Guimarães</i> |
| <i>PST</i> | <i>Divanir Braz Palma</i> |
| <i>PL</i> | <i>Serafina Carrilho</i> |
| <i>PSB</i> | <i>Moysés Leônidas</i> |

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE MAIO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1521

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja concedido

regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 198/2001, de 21 de maio de 2001.

O presente é proposto em consonância com os artigos 182, 183 e 185.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1509

Senhor presidente.

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEREM a retirada da Ordem do Dia da presente sessão, do item nº 14, que trata da 1ª Discussão do Projeto de Resolução nº 14/2001, de iniciativa do Deputado Durval Amaral, que “altera a redação do artigo 127 do Regimento Interno”, por tratar-se de matéria inconstitucional e ilegal, conforme exposto a seguir:

1) O projeto de resolução pretende alterar o artigo 127 do Regimento Interno, que dispõe:

“As matérias de projeto de lei rejeitadas ou não sancionadas assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador”.

Dando ao mesmo a seguinte redação:

“Art. 127 - As matérias de proposição rejeitadas ou objeto de desistência, os projetos de lei não sancionados assim como as constantes de proposta de emenda à Constituição rejeitada, ou havida por prejudicada, não poderão, qualquer que seja sua autoria, ser reapresentada na mesma sessão legislativa”.

Como já dito, trata-se de matéria inconstitucional, que fere vários preceitos da Constituição Federal, como da Estadual e dispositivos legais do próprio Regimento Interno, a saber:

A Constituição Federal, tratando do processo Legislativo, dispõe no:

“Art. 59 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos;
- VII - resoluções”.

A Constituição Federal, Lei Maior, dispõe no:

“Art. 67 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional”.

A Constituição do Estado do Paraná, tratando do Processo Legislativo, consagra a regra constitucional quanto aos dois dispositivos, nos artigos 63 e 70. Disposi-

tivos esses que, desde logo comprometem a matéria constante do Item 14 da pauta da Ordem do Dia. Não há como uma resolução, com base em outra resolução que aprovou o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, possa sobrepor-se às Constituições Federal e Estadual.

E mais, o projeto de resolução é ilegal por ferir o Artigo 94 do próprio Regimento Interno, que determina, no § 1º, que

“salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem que figure em pauta, ficando sobre a Mesa, para conhecimento e estudo dos deputados, durante três sessões consecutivas”.

O projeto de resolução não mereceu deliberação do Plenário para constar na presente pauta da Ordem do Dia.

Diante do exposto, REQUER:

1) Retirada a pauta da Ordem do Dia da presente sessão;

2) Encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça para exame à luz dos preceitos constitucionais e legais apontados neste.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1519

Senhor presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, com amparo no Artigo 94, § 1º do Regimento Interno, REQUEREM a retirada do item 14 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Projeto de Resolução nº 14/2001, por desacordo ao estabelecido no referido dispositivo regimental, uma vez que não estando o mesmo em condições de ser votado em primeira discussão, deverá ser incluído em pauta, por três sessões, para conhecimento e estudo dos deputados.

Nestes termos pedem deferimento.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER, WALDYR PUGLIESI, ORLANDO PESSUTI e NEREU MOURA.

REQUERIMENTO Nº 1522

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, que o Projeto de Resolução nº 010/2001, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Adulteração de Combustíveis e Sonegação de Impostos seja remetido à Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, para cumprimento do disposto no Inciso IV do Artigo 38 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1510

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o uso do plenário para o dia 25 de maio do corrente ano, no horário das 8h30 às 13h, para a realização do evento “Entendendo a Profissão”, promovido pelo Conselho de Biologia - 3ª Região.

(a) Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1501

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a convocação do senhor Aquichid Walter Ogasawara, diretor da Inspeção Geral de Controle do Tribunal de Contas do Estado, para comparecer perante este Plenário, durante a sessão do próximo dia 28 de maio do corrente ano, com o objetivo de esclarecer aos membros do Poder Legislativo Estadual, sobre as divergências de pareceres das análises da área técnica e das instâncias superiores do Tribunal de Contas, na apreciação das Contas do Governo Lerner.

Sala das Sessões, em 22.05.2001

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1514

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Ulisses Juliatto Filho, Secretário Municipal da Agricultura de São José dos Pinhais, ocorrido ontem dia 21 de maio, em São José dos Pinhais - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência a seus familiares através de sua esposa, senhora Odete Juliatto, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Doutor Murici, nº 1502 - Bairro Costeira - CEP 83015-290 - São José dos Pinhais- PR.

Sala das Sessões, em 22.05.2001

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1515

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento da senhora Neuzenira Romero Braz, ocorrido no dia 21.05.2001, em Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 22.05.2001

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1500

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais da Casa, voto de congratulações ao grupo de jovens Unidos pela Paz, de Lageado Mirim, Município de Planalto, pela realização do projeto Águas Serenas, que visa despoluir o Rio Mirim.

Requer, ainda, sejam enviadas cópias do presente requerimento para Marlise Dieffembach e Lucinéia Bueno - Praça São Francisco de Assis, Edifício da Prefeitura Municipal, em Planalto - PR.

Sala das Sessões, em 22.05.2001

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O projeto Águas Serenas, que tem como objetivo a despoluição do Rio Mirim, promovido pelo Grupo de Jovens Unidos da Paz, mostra que, independente de apoio governamental, de posição social e de cobertura de imprensa é possível, movido pelo idealismo e pelo amor à natureza, tomar medidas de grande importância para a conservação do planeta.

A iniciativa dos jovens do Lageado Mirim, no município de Planalto, é digna do maior respeito e valorização, pois jovens agricultores demonstram o mais elevado espírito de unidade e de defesa de seu ambiente de vida, com esse projeto que objetiva sensibilizar a comunidade, conscientizando-a da importância da coleta e destinação do lixo, bem como do reflorestamento.

Manifestamos esse voto de congratulações a título de incentivo e esperando que a iniciativa sirva de exemplo para outros projetos semelhantes.

REQUERIMENTO Nº 1506

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Senhora Armínia Povoas, pela comemoração dos seus 102 anos de idade.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Chegar aos 102 anos com saúde e lucidez é algo que poucas pessoas conseguem alcançar. Especialmente nos dias de hoje, quando os problemas são tantos, quando a política do idoso ainda não é o que almejamos para nossa sociedade.

Pois a Senhora Armínia Povoas, de Curitiba, faz parte desta rara realidade - ela chegou onde muitos poucos chegam. No dia 16 de maio, ela completou seus 102º aniversário.

Natural de Ponta Porã, no Mato Grosso, a Senhora Armínia se casou aos 17 anos e teve dois filhos. Atualmente possui três netos, 5 bisnetos e uma tataraneta.

Com um grande coração, ela atribui sua longevidade ao carinho que possui e tenta distribuir às pessoas - sem dúvida, uma grande lição para todos nós.

Deus continue abençoando a Senhora Armínia Povoas (Rua Padre Agostinho, 1674 - Curitiba - A/C Senhora Izaura Maria C. Baduy). Pela comemoração de seus gloriosos 102 anos, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1511

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Emater pelo 45º aniversário da Extensão Rural no Paraná, comemorado no dia 20 de maio.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a seu Diretor-Presidente Senhor Rubens Ernesto Nederheimmann, a ser encaminhada, à Rua da Bandeira, 500 - Ahu - CEP 80025-270, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1512

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Comissão de geologia e Engenharia de Minas, pela passagem do dia do Geólogo, a ser comemorado no dia 30 de maio.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente da Comissão de Geologia e Engenharia de Minas, Mauro Salgado Monastier, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Doutor Zamenhof, 35 - Bairro Alto da Glória - CEP 80030-320, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1513

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia no Estado do Paraná, pela passagem do dia do Geógrafo, a ser comemorado no dia 29 de maio.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia no Estado do Paraná, Luiz Antônio Rossafa, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Doutor Zamenhof, 35 - Bairro Alto da Glória - CEP 80030-320, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1524

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de Entre Rios do Oeste, alusivos à comemoração dos seus 8 anos de emancipação política, que ocorreu no último dia 18 de maio.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal Senhor Elpídio Holzbach e ao Presidente da Câmara Senhor Hélio Bremm, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Paim, 734, CEP 85988-000, Município de Entre Rios do Oeste-PR.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1520

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se faça inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Jornalista Reinaldo Bessa, que está estreitando sua coluna no jornal “Gazeta do Povo”.

Trata-se de competente profissional, que conquistou em anos sua reputação de jornalista bem informado, sério, culto e antenado com seu tempo! Muito certamente irá enriquecer ainda mais a leitura da Gazeta do Povo, deixando o leitor satisfeito e viciado em coisas boas, bom jornalismo e notícias exclusivas!

Estamos parabenizando o jornalista Reinaldo Bessa, em nome desta Casa, desejando-lhe todo sucesso.

Também enfatizamos nossos elogios ao empresário de comunicação e Diretor Presidente do jornal “Gazeta do Povo”, Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, que teve o mérito de conduzir o jornalista Reinaldo Bessa ao seu veículo, premiando seus leitores. A ele, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1502

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Nelson Justus, solicitando providências no sentido de que a concessionária Rodonorte, responsável pela rodovia BR-376 no trecho do anel de integração entre os Municípios de Ponta Grossa e Apucarana, em caráter emergencial, realize o recape da pavimentação asfáltica e retome as obras de duplicação desta rodovia, pois a situação atual é uma verdadeira “colcha de retalhos”, cujos remendos contri-

buem para a perda de aderência dos pneus, assim concorrendo com as 286 (duzentos e oitenta e seis) curvas existentes naquele trecho, para a ocorrência de sérios acidentes, muitas vezes fatais.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1503

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando providências no sentido de que o Hospital Universitário de Maringá, que hoje atende toda uma região que compreende aproximadamente 700 mil pessoas, somente no horário das 19 às 7 horas, passe a realizar esse atendimento de forma ininterrupta - 24 horas, de forma mais eficiente e acessível ao grande número de pacientes, cuja média mensal passa de 20 mil, além de dar suporte às aulas práticas de aproximadamente 200 alunos estudantes do curso de medicina.

Tendo em vista se tratar genuinamente voltado ao atendimento à população carente, em razão de ser conve-niado ao SUS - Sistema Único de Saúde, justa é a ampliação do horário de atendimento ora pretendida, além de plenamente possível, ante as modernas e amplas instalações que hoje possui, restando apenas a contratação de pessoal habilitado.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1525

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Armando Raggio, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de uma ambulância visando prover o posto de saúde do Bairro Interlagos do Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

A proposição tem por objetivo promover o Posto de Saúde do Bairro Inerlagos com uma ambulância, sendo a justificativa para o pleito a sua distância de hospitais, uma vez que trata-se de bairro afastado da área central do município, e quando há necessidade do transporte de pacientes, sendo em muitos casos, emergências, existem uma significativa demora no atendimento, podendo ocasionar graves seqüelas, bem como a possibilidade de óbito, razão pela qual gostaríamos de contar com o apoio dos nobres pares desta Casa para a sua aprovação.

REQUERIMENTO Nº 1504

Senhor presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando providências no sentido de proceder o recapeamento asfáltico no trecho da PR-475, Rodovia Ricieri Cella, entre Francisco Beltrão e Verê, uma vez que o referido trecho encontra-se em péssimas condições de tráfego, decorrente da existência de buracos na pista.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1507

Senhor presidente.

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando providências urgentes com relação à segurança do município de Quatro Barras, conforme abaixo-assinado do Colégio Estadual Arlinda Ferreira Creplive, em anexo.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Arlinda Ferreira Creplive - Ensino Fundamental e Médio localizado no município de Quadro Barras, numa ação comunitária, originada no desespero causado pela falta de segurança que assola o município, em especial a região daquele estabelecimento de ensino, efetuou abaixo-assinado clamando por melhores condições em especial na área de segurança pública.

Fato marcante mais recente foi o assassinato do jovem estudante daquela Escola - Altair Schneider, de 18 anos, ocorrido naquela cidade, de forma brutal.

A situação calamitosa vem se arrastando e piorando a cada dia, razão pela qual a comunidade escolar movimentou-se em torno deste abaixo assinado que acompanhava nosso expediente, pedindo providências à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 1523

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública Senhor José Tavares da Silva Neto, solicitando providências em caráter de urgência, para a reabertura da Delegacia da Mulher no município de Toledo-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Toledo Senhor Rogério Massing, através de correspondência oficial desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação reitera o Requerimento 100/2001 da Câmara Municipal de Toledo, subscrito pela vereadora Florinda Oliveira.

O baixo número de ocorrências de 1995 a 1997, período em que estava em funcionamento a Delegacia da Mulher em nossa cidade, não reflete a realidade e nem serve de argumento para o fechamento da mesma, pois no livro de ata está anotado um grande número de atendimento feitos pela Delegacia da Mulher, no entanto, esses atendimentos não foram registrados como ocorrências, a pedido das próprias vítimas que, por medo da opinião pública, buscavam apenas aconselhamentos para saber o que fazer no caso de novas ameaças ou agressões e sempre eram muito bem atendidas.

O fechamento da Delegacia da Mulher do município de Toledo deixou uma lacuna qual ferida aberta, enquanto as mulheres vítimas dos mais variados tipos de violência, ressentem-se da falta desse órgão estadual.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 200/2001**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Liga de Futebol de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

Através do presente projeto de lei, pretendemos facilitar o desenvolvimento esportivo de Medianeira o qual já vem sendo desempenhado em grande parte pela Liga de Futebol Municipal.

Somos testemunhas do grande trabalho que a Liga de Futebol de Medianeira realiza ao atendimento de inúmeras crianças, adolescentes, jovens e adultos, sabedores da importância da prática de esporte na qualidade de vida da população.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 201/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O presidente da Assembléia Legislativa encaminhará o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito respectiva, e a resolução que o aprovar, ao Procurador Geral da Justiça do Estado, ou ainda às autoridades

administrativas ou judiciais com poder de decisão, conforme o caso, para a prática de atos de sua competência.

Art. 2º - A autoridade a quem for encaminhada a resolução informará ao remetente, no prazo de trinta dias, as providências adotadas ou a justificativa pela omissão.

Parágrafo Único - A autoridade que presidir processo ou procedimento, administrativo ou judicial, instaurado em decorrência de conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa, comunicará, semestralmente, a fase em que se encontra, até a sua conclusão.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito têm se mostrado essencial no processo fiscalizatório próprio do exercício do mandato de deputado estadual.

Contudo, as conclusões desse trabalho devem resultar em ação efetiva dos órgãos dotados de poder decisório.

Foi sancionada no âmbito federal, a Lei nº 10.001, de 04 de setembro de 2000, a qual confere prioridade aos processos e procedimentos originários das conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, Senado ou Congresso Nacional, exceto sobre os pedidos de *habeas corpus*, *habeas data* e mandato de segurança.

O deputado estadual, sobretudo nos últimos tempos, tem dispendido grande parte do respectivo mandato parlamentar em procedimento fiscalizatório e para que esse trabalho não seja desprovido de resultado prático, é preciso criar mecanismo de acompanhamento da tramitação do relatório da CPI nos diversos órgãos administrativos e judiciários.

PROJETO DE LEI Nº 201/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a "Associação Franciscana Beata Angelina", com sede e foro no município de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22.05.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A "Associação Franciscana Beata Angelina" em seus estatutos sociais devidamente registrados sob nº 3879, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Toledo, vem desde 1978 desenvolvendo

suas atividades, propugnando pelo aperfeiçoamento da fé religiosa, promovendo a educação ética cultural e divulgando o cultivo das artes e ofícios domésticos a pessoas da comunidade de forma permanente, entre outras atividades.

É merecedora em ser considerada de utilidade pública, reconhecida pela Assembléia Legislativa do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 203/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Associação de Moradores do Jardim Colina Verde, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo a Associação dos Moradores do Jardim Colina Verde, entidade que tem o objetivo principal fazer um trabalho de desenvolvimento comunitário, procurando a melhoria do nível de vida das famílias assistidas e seus dependentes.

A associação é uma entidade sem fins lucrativos, fundamentada em 21 de abril de 1979, que realiza, com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 204/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Agricultores São João Batista do Assungui, com sede no município de Fernandes Pinheiro e foro no Município de Irati.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Agricultores São João Batista do Assungui, entidade que tem o objetivo principal fazer um trabalho de desenvolvimento comunitário da localidade de Assungui e adjacências.

A associação é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 05 de janeiro de 1991, que realiza, com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, o meu assunto ia se referir a um dos parlamentares que está ausente da Casa e eu declino neste instante a palavra e me inscrevo posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Segundo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin não estando presente, convidamos o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores Deputados.

Esperamos a presença do ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que não se encontrava no plenário desta Casa, porque o assunto que vamos abordar é um assunto que ele, há vários e vários anos vem debatendo nesta Casa e, principalmente, no seu programa de televisão, que é levado a todo território paranaense. Refere-se, senhor presidente, senhores deputados à Delegacia da Mulher, fazendo com que todo o território paranaense ou em qualquer domicílio, seja criada uma Delegacia da Mulher.

Verificamos que entre os vários vetos vindos a esta Casa de Leis, Sua Excelência o governador, faz com que vetos sejam apostos contra a criação da Delegacia da Mulher, fazendo com que, esta que nos empresta a vida não tenha em seus domicílios, uma delegacia pela qual, além de seus direitos, lhe dêem a proteção necessária para a sua vivência. Entre os vetos que o governador manda a esta Casa, estaremos junto com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, votando contra Sua Excelência o governador, porque somos favoráveis a todas as criações de Delegacias da Mulher, em território paranaense.

Verificamos que inúmeros municípios, grande, médio e pequeno, têm o mesmo direito de ter para si a atenção devida, pela segurança pública, principalmente na atenção à mulher paranaense.

Quero tão somente, senhor presidente, senhores deputados, dizer que a infelicidade da assessoria de Sua Excelência, o governador, não faz sentir o problema da mulher e, principalmente nos dias em que vivemos.

A falta de respeito à mulher paranaense se faz presente nas ações que são praticadas, nos amparos que dão à Delegacia da Mulher, no interior do nosso Paraná.

Era isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ribas Carli

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

A todo instante, ao ligarmos a televisão ou ao folhearmos qualquer jornal, nos deparamos com a única notícia que tomou conta do País, que é a falta de energia, o tão falado apagão que o governo, impondo medidas até punitivas diz que, talvez iremos passar por esse problema. Mas, o que chama a atenção, é que o Presidente da República, Ministros da área afeta, o Ministro do Planejamento, alegam que não conheciam o problema. Quero dizer aos senhores para mim isto é irresponsabilidade ou caso pensado.

Preferia que fosse irresponsabilidade, mas se nós analisarmos o contexto geral, vamos ver que realmente é caso pensado. Isto é fruto do modelo econômico que foi implantado no nosso País, a partir de 1994, do neo-liberalismo, quando se impôs ao País a venda de todo seu patrimônio público.

Porque não é razoável, não podemos aceitar que alguém, medianamente inteligente, não fizesse o acompanhamento do aumento do consumo de energia e da necessidade de investimentos no setor.

Lembro-me muito bem, senhor presidente, senhora e senhores deputados, à época eu era universitário, em Curitiba, junto com muitos universitários protestávamos quando o governo militar, que nós não apoiávamos, começou a construção de Itaipu. E agora tive a lembrança e solicitei à minha assessoria para que pedisse ao Senado da República que nos mandasse as notas taquigráficas de senadores, que à época representavam o nosso Estado, que faziam discursos, terríveis, contra a construção da binacional Itaipu.

E nós os estudantes, íamos juntos, no embalo. E quero agora me redimir, senhor presidente, na juventude, no afã de protestar, de achar que não estava certo, falei contra a construção de Itaipu. Imaginem os senhores se os governantes da época não tivessem tido esta previsão, esta visão da construção de Itaipu, o que estaria acontecendo com o nosso País?

Mas volto à questão atual, da falta de planejamento, da falta de visão dos burocratas, dos tecnocratas, que só sabem analisar o orçamento dizendo que não pode gastar mais do que aquilo que está especificado pelo Fundo Monetário Internacional.

Não pode gastar mais porque tem que sobrar para o pagamento dos juros da nossa dívida, e aí faltaram os investimentos, numa área fundamental, que é da energia. E hoje nós estamos sofrendo este problema, vamos ter desemprego, queda da produção. O governo também porque vai haver queda de arrecadação.

E mais, senhores, vejam a imprevidência; o governo não foi capaz de destinar recursos para a construção de novas linhas de transmissão. Para nós, parana-

enses, nossos vizinhos gaúchos e catarinenses, será bom porque não vai haver racionamento em nossos Estados, porque nós temos sobra de energia, e esta sobra de energia não consegue ser transportada para as outras regiões do País, porque as linhas de transmissão estão carregadas.

Por que o governo não investiu?

Porque certamente tinha certeza, porque é uma determinação lá de cima, faz parte do modelo econômico que tudo deveria ser vendido, e certamente eles acreditaram que esta quadra da história brasileira a iniciativa privada já estivesse investindo também além da transmissão e geração no transporte de energia.

Então, hoje não corremos o risco de ficar sem energia, mas não vamos nos acomodar. Isto comprova que no momento que as linhas de transmissão forem ampliadas e elas precisam ser ampliadas a energia que tivermos vai ser mandada para todo o Brasil, porque também nós poderemos sofrer um processo de falta de chuvas e faltar energia aqui, e precisarmos da energia de outras regiões do Estado, e aí também não vai ter linha de transmissão suficiente para chegar até os Estados do Sul.

Então, senhor presidente, faço essas considerações para mais uma vez deixar muito claro que o modelo econômico que foi implantado no nosso País prevê isto, determina isto, que os investimentos devem ser feitos pela iniciativa privada. O Governo Federal não mais investe recursos em áreas fundamentais como a área de geração de energia. Aí, por exemplo 49 termoeletricas a gás, o gás da Bolívia, projetadas, já deveriam estar em processo de construção e apenas 9 estão sendo construídas.

Nós devemos fazer o Governo Federal ouvir, os tecnocratas e burocratas que pensem melhor na hora de fazer as mudanças nas rubricas orçamentárias.

Quero ver senhor presidente, senhores deputados, como ficarão esses tecnocratas, ministro do Planejamento, que diz não poder mexer no orçamento usando aquele termo usado pelo ex-Ministro Magri: orçamento é "imexível", que tem que haver o superávit para que possa fazer frente aos juros da dívida externa. Quero ver como é que eles vão conseguir trabalhar no escuro, dentro do apagão, com os seus computadores desligados, num calor de 38 graus em Brasília, sem poder ligar o ar condicionado. Aí, certamente, quando a água bater nas costas deles, vão lembrar que podem mexer no orçamento sim.

Então, faço essas considerações, senhor presidente, para demonstrar mais uma vez...

Com o maior prazer, ouço o nobre Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Ribas Carli, entrei agora, desculpe-me por não acompanhar o seu pronunciamento na integralidade, mas vi quando Vossa Excelência abordou o assunto a respeito das linhas de transmissão de energia elétrica no nosso País.

Não sei se o Deputado Ribas Carli assistiu ontem pela televisão que há uma decisão nova da legislação federal a respeito da energia elétrica no País. Em função do problema da falta de energia elétrica ontem foi aquela restrição para a venda de energia, foi retirada do projeto de lei.

A partir de ontem, com a decisão tomada pelo Governo Federal, todas as geradoras de energia poderão expandir a sua área de atuação e vender energia elétrica em qualquer ponto do País.

Então, além dessa decisão de financiar novas linhas de transmissão, as amarras para as geradoras de energia elétrica que tinham na legislação antiga, foram hoje suprimidas.

A venda de energia elétrica no atacado, vai obedecer uma regra, em função do problema que está acontecendo, regra de mercado para aqueles que tem excedentes para vender e que serão muito beneficiados.

Deram exemplo e algumas geradoras, e no computador, foi diretamente no Paraná, que é o caso da Copel, que tem um excedente de energia elétrica e que vai poder vender isso para fora do nosso Estado e a lucratividade com a modificação das tarifas, será enorme para o Estado do Paraná e para a Copel.

Não sei se Vossa Excelência acompanhou ontem pela televisão, mas é uma informação importante, para acrescentar na sua linha de raciocínio.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Obrigado deputado.

As suas palavras e os seus esclarecimentos enriquecem a nossa colocação.

Acompanhei sim. Veja só, estava previsto que a partir de 2003 ou 2004 qualquer empresa poderia entrar em outros territórios para fazer a venda. Isso acabou. Agora, o que é impressionante é assistir do governo federal, senhor presidente e senhores deputados, impor penalidades a quem gastar o que vinha gastando ou quem não reduzir. Isso é flagrantemente inconstitucional. Existe um contrato de compra de energia. É claro que todos nós, numa questão de cidadania e brasilidade, queremos resolver o problema.

Agora, não podem querer rasgar a nossa Constituição, porque se gastar mais, vai pagar uma multa. O que é isso? Nós não estamos vivendo num regime de exceção, Deputado Waldyr Pugliesi, Vossa Excelência que foi um grande e bravo lutador contra o regime de exceção. Não podemos aceitar que simplesmente nos taxem 30, 40, 100, 200% a mais e obrigue uma pequena empresa que gera 5, 10 empregos e os que são os maiores geradores de empregos, a reduzir drasticamente o seu consumo, dada a irresponsabilidade do governo federal, em não fazer investimentos numa área essencial para o desenvolvimento do nosso País. Isto deixa mais uma vez muito claro que é uma determinação do modelo econômico que foi implantado em nosso País e que todos nós temos que aceitar as decisões vindas lá de cima. São eles os profes-

sores, os que sabem tudo, mas foram eles que não planejaram, que não tiveram a visão suficiente de saber que iria faltar energia e que precisariam ser construídas linhas de transmissão e que precisaria de investimentos numa área importantíssima porque sem energia não pode haver crescimento e sem crescimento não se pode gerar novos empregos e novas riquezas.

Fica aqui o nosso descontentamento e a nossa tristeza em saber que homens que deveriam estar planejando o Brasil, planejando o nosso futuro, ficam apenas atentos a cortar rubricas no Orçamento do Governo Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Apresento, hoje, relatório complementar da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná de 1999.

(Lê):

“1. Além do valor geral para saneamento do Banco do Estado do Paraná de R\$5.625.782.894,11 bilhões (Anexo 05 - Relatório principal). Dos instrumentos de acordo celebrados com a União, responde por R\$5,1 bilhões, importante salientar ainda, que o mesmo Banco é responsável pelo valor de R\$537,9 milhões da composição das “outras dívidas”, tratando-se o restante de refinanciamento junto ao INSS. Anexo 13.

2. No exercício de 1995, o Governo possuía, na Administração Direta, R\$0,80 (oitenta centavos) para cada R\$1,00 (um real) de dívida. Esse índice tem decrescido a tal ponto, que em 1999 o Estado tinha para cada real de dívida, apenas R\$0,04 (quatro centavos). Anexo 14.

3. No período de 1995 a 1999, ocorreu a seguinte evolução da dívida ativa: (em R\$)

| | |
|------------------------|------------------|
| Inscrição | 2.445.362.884,40 |
| Baixa por recebimento | 28.468.102,12 |
| Baixa por cancelamento | 191.681.711,18 |

Nota 6: Somente no exercício de 1997 foi: (em R\$)

| | |
|--------------------------|----------------|
| Inscrito em dívida ativa | 602.815.845,71 |
| Baixa por recebimento | 5.965.829,56 |
| Baixa por cancelamento | 68.001.387,05 |

Uma transparência do uso do erário público exige que identifiquemos centavo por centavo de quem e por que cancelamos a dívida ativa nos últimos 5 (cinco) anos, totalizando R\$191,6 milhões, quem se beneficiou? Anexo 15.

4. Compromissos autorizados com Precatório no exercício de 1999 no valor de R\$269.802.607,00;

| | |
|-------------------------------|----------------|
| Valor empenhado* | 251.842.591,00 |
| Valor Pagamento do exercício* | 21.236.901,00 |

(* Valores em reais)

Nota 7: O valor pago correspondeu a tão somente 8% do valor empenhado, havendo necessidade de inscrição em dívida flutuante sob o título “Restos a Pagar” da importância de R\$2.835.701.456,00.

Desse valor inscrito sob o título de “Restos a Pagar”, R\$2.605.095.765,00 referem-se a valores relativos a exercícios anteriores, e cada vez mais a “corda” fica mais curta para o Governo, pois de um lado cancela dívidas ativas, e de outro arrola compromissos com precatórios. Anexos 16 e 17.

5. O valor do saneamento geral do Banestado de R\$5,625 milhões foi alocado no programa de governo “Paraná mais Emprego”, todavia, serviu para dar suporte financeiro para o atendimento ao programa de desligamento voluntário do Banestado S.A.

O Poder Executivo foi autorizado pela Lei nº 12.201 de 25.06.98 a proceder aumento de capital, adquirir ativos ou assumir passivos do Banestado até o valor de R\$4.100 milhões. Anexo 18.

6. As inconsistências contábeis apresentadas pela contadoria estadual nas contas do Governo, desvirtuam o real comportamento da receita, em comparação com a efetivamente arrecadada, quando apresenta um superávit orçamentário, de R\$544.005.144,94. A inspetoria do controle do Tribunal de Contas, ajusta para déficit de R\$154.440.663,63. Anexos 19 e 20.

7. A Inspeção Geral de Controle ressaltou em sua conclusão 06 (seis) itens referentes a pontos relevantes. Anexos 21, 21A, 22 e 23.

- A Diretoria de assuntos técnicos e jurídicos emitiu parecer prévio favorável com ressalvas. Anexo 24.

- O Procurador-Geral, não vislumbrou óbice para que o Parecer prévio recomende a aprovação das contas apresentadas. Anexo 25.

- O Conselheiro Rafael Iatauro (relator) finaliza seu parecer prévio informando que as contas do Governador Jaime Lerner estão em condições de merecer aprova-

ção. Todavia, no corpo do documento **Anexo 26** descreve:

“(…) considerando que os balanços gerais que compõem as contas do Governador do Estado do Paraná, ressaltados os aspectos destacados nos relatórios, particularmente os emitidos nas considerações finais, estão contabilizados conforme preceitos de Contabilidade Pública e de acordo com as normas da lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964, e expressam os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Exercício Financeiro de 1999 (…).

Parecer Final dos Conselheiros:

(…) O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos do voto do relator, Resolve (…):

Aprovar por unanimidade de votos, o parecer prévio relativo à prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1999, nos termos do voto do relator (…). **Anexo 27.**

8. Impugnações - **Anexo 28.**

9. A conclusão, após o relato dos fatos levantados pela área técnica do Tribunal de Contas colocará cada deputado que votar pela aprovação à margem da história que quer reconstruir a trajetória de Estado promissor”.

Quero retificar o de ontem, quando o investimento foi dito por mim de seis bilhões e seiscentos e vinte e cinco milhões para ao saneamento do Banes-tado, foi de cinco bilhões e seiscentos e vinte e cinco milhões.

Senhor presidente, senhores deputados:

Visto o flagrante desencontro do parecer dos técnicos do Tribunal de Contas e a avaliação política dos escalões superiores, há um flagrante desentendimento entre os técnicos e os conselheiros.

Então, solicito à Mesa que encaminhe a convocação do diretor do Tribunal de Contas para que possa vir aqui no dia 28, a fim de que possamos lhe fazer algumas indagações.

Então, o que o requerimento solicita é a presença de um técnico de controle do Tribunal de Contas para que venha explicar a esta Casa se foi forçado a exaurir o parecer, e os conselheiros mudaram o seu parecer, porque todas as minhas colocações estão nos próprios anexos do Tribunal de Contas, dos técnicos.

Então, é mais que oportuno que se convoque o técnico do Tribunal de Contas, para que possa esclarecer a esta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não tendo mais nenhum deputado inscrito no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres pares.

Estamos ocupando a tribuna, hoje, para falarmos sobre um requerimento que demos entrada nesta Mesa, endereçado ao nosso Secretário dos Transportes, Nelson Justus, no sentido de que se proceda o pedido de melhorias na rodovia pedagiada, sob a responsabilidade da Rodonorte, que é o trecho entre Ponta Grossa, mais precisamente Ponta Grossa/Apucarana.

Senhor presidente, os deputados que têm assento nesta Casa, em torno de um quarto dos deputados, fazem parte desta região que tem como ligação essa rodovia, antigamente Rodovia do Café, hoje é uma rodovia de integração norte/sul. Nós temos aí os Deputados José Maria, Nelson Tureck, Miltinho Pupio, Alborghetti, Durval Amaral, Waldyr Pugliesi, Belinati, Nelson Garcia, Pessuti, Hermes Fonseca, Hermas Brandão, que são deputados que podem confirmar a nossa alegação. Esse trecho da rodovia de Ponta Grossa/Apucarana, realmente está sendo tratado de uma forma vergonhosa. Os buracos provocados pelos caminhões pesados que trafegam nessa rodovia, que faz a ligação com o Sul do Mato Grosso, trazendo as riquezas do campo para serem exportadas através do Porto de Paranaguá, esses buracos estão sendo tapados por remendos de péssima qualidade, fazendo com que essa rodovia, hoje, sejam uma verdadeira colcha de retalhos. Na prática isso quer dizer o quê? Piora a qualidade da rodovia, aumenta o número de acidentes, porque esses trechos onde são feitos esses “quebra-galhos”, digamos assim, os pneus perdem a aderência provocando acidentes, em certos casos, fatais. E entramos com um projeto de lei para criar uma agência controladora das agências pedagiadoras. No Paraná, temos seis empresas pedagiadoras que vão completar quatro anos que exploram pedágio no nosso Paraná. E devemos dizer que tem empresa ganhando nota de excelência, como é a Viapar que explora a região de Maringá, vem cumprindo o seu contrato, fazendo as duplicações, fazendo as melhorias, fazendo os recapes.

Mas, quero me ater à Rodonorte. A Rodonorte, hoje, se houvesse uma pesquisa, teria nota zero, porque explora o maior trecho, que dá o maior rendimento em termos de receita mensal e é a empresa que não está fazendo investimento nenhum, está fazendo apenas esses remendos e a rodovia fica a cada dia mais perigosa. Agora, estou fazendo um requerimento pedindo recape, não estou pedindo nem duplicação, porque acho que isso aí nem os meus filhos verão, porque apesar de constar em contrato, faço um apelo a Nelson Justus, o nosso ex-presidente, hoje Secretário dos Transportes, para que nos apoie na aprovação dessa agência pedagiadora, porque somente uma agência com controle e com um conselho formado por várias entidades ligadas ao transporte rodoviário, ligadas ao Governo, à Secretaria dos Transportes, é que poderá chamar às falas essa empresa ou as empresas pedagiadoras, para que possam cumprir os contratos, obedecer as cláusulas contratuais, para que elas possam

se tornar empresas que apresentem balancetes mensais de arrecadação, quanto recebem por mês, quanto elas gastam, quanto estão investindo em pessoal e manutenção, e em duplicações, já se vão quatro anos.

Passou do tempo de termos essas empresas sob o controle do Estado. Afinal de contas, essas rodovias que formam o anel de integração foram entregues pelo Governador Jaime Lerner com o objetivo de melhorar o tráfego e que esse fluísse normalmente com segurança. E isso não vem acontecendo.

Então, apresentei esse requerimento ao Nelson Justus e quero aproveitar dizendo que esse nosso projeto da Agcep seja aprovado nesta Casa e tenho certeza que o será, porque através dele nós teremos condições de controlar essas empresas pedagiadoras.

Sabemos que temos agências, como é o caso da Anel, que o seu trabalho não foi altamente responsável ao ponto de impedir que chegássemos à situação em que estamos na energia, mas nós aqui no Paraná, com essa agência estadual, com um conselho formado teremos condições de fazer com que as empresas pedagiadoras, realizem as obras, ou então, elas perderão os contratos de concessão, porque não é justo o que está acontecendo.

Estamos pagando pedágio e as melhorias não estão acontecendo.

Faço esse apelo, de público, porque a nossa agência pedagiadora vai ser, se Deus quiser, aprovada e essas empresas terão que respeitar o dinheiro que o paranaense paga para que elas possam reverter esse dinheiro em benefício da nossa população.

Sabemos que há empresa séria, há empresa honesta e um empreendimento desses, normalmente investe sete, oito, até dez anos, para depois começar a ter retorno.

Mas, o que a Rodonorte faz? A olhos vistos, nós podemos concluir, sem medo de errar, que ela não está investindo, só está se locupletando, não está desenvolvendo e não está cumprindo o contrato, porque a principal rodovia de ligação que nós temos do Norte agrícola com o Sul industrializado, o Sul administrativo, onde se concentra a administração do Estado, esta rodovia, a cada dia que passa, está desaparecendo. A verdade é esta. E os trechos que estão sendo remendados, estão provocando acidentes de graves monta. E nós temos que dar um basta nisso.

Era isto, senhor presidente. Amanhã estaremos dando entrada, neste projeto da Agcep, que é Agência Controladora das Empresas Pedagiadoras do Paraná.

E espero contar com a adesão de todos os deputados, para que possamos exigir que essas empresas respeitem os contratos e passem a trabalhar, a duplicar nossas rodovias, a fazer a conservação, dentro da técnica que deve ser obedecida, e não fazendo esses remendos nos nossos asfaltos.

Isto é um desrespeito para com a opinião pública do Paraná. E nós precisamos, até, se elas não obedecerem pelo acordo, levaremos às barras dos tribunais, para que

esses contratos sejam rompidos, e que possamos ter rodovias seguras, rodovias modernas.

Porque pagamos caro por isso e queremos que o nosso dinheiro seja respeitado.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças, passa-se à Ordem do Dia.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, estou levantando a questão de ordem para indagar da presidência, como é que ficaremos com relação ao item 14 da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo a questão de ordem de Vossa Excelência e conforme decisão nossa, já tomada anteriormente, a Mesa Executiva retira o seu substitutivo geral. Automaticamente o projeto retornará à Mesa Executiva para proceder um novo Parecer.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Queria encarecer a Vossa Excelência claro que já respeitando o anúncio feito por esta presidência, mas é compreensível, até porque não apresentamos ainda e vou apresentar neste momento um substitutivo geral ao projeto de resolução.

Como já consta na pauta, em 1ª discussão, para não perdermos esta oportunidade, apresentamos o substitutivo geral, consta em 1ª discussão, volta efetivamente, senhor presidente, para a Mesa Executiva exarar parecer e depois só precisaremos de mais uma discussão em plenário, constar na pauta, mais uma vez em plenário, se este for o entendimento de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, encaminhei à mesa um requerimento de minha autoria, versando exatamente sobre o item 14 da Ordem do Dia.

Evidentemente, Vossa Excelência já tomou uma posição, torna-se necessária a leitura deste meu requerimento.

Mas, em cima do que propõe o Deputado Durval Amaral, há que se destacar que este projeto não estava em regime de urgência.

E, segundo, não estando em regime de urgência, salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem que figure em pauta, ficando sobre a mesa, para conhecimento e estudo dos deputados, durante três sessões consecutivas. E este projeto, evidentemente, por estar em regime de urgência, não constou da pauta para que os parlamentares pudessem dele tomar conhecimento.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Trata-se de um projeto de resolução, que tem, uma tramitação própria. E efetivamente, nem sequer cabe em regime de urgência, em projeto de resolução. Razão pela qual, deve constar em duas discussões na Ordem do Dia, para que depois seja apreciada em Plenário. Só a título de esclarecimento.

O SR. ALGACI TULIO

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, vou mais além, não fica apenas nessa ilegalidade no meu entendimento. Ele se refere à Constituição Federal e Estadual. O meu requerimento está à Mesa, se necessário for encaminhar, eu encaminho, mas Vossa Excelência já tomou uma posição de retirada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O projeto não está sendo discutido, informando a questão de ordem levantada tanto pelo Deputado Durval Amaral quanto pelo Deputado Algaci Tulio. Se a Mesa Executiva está tomando a posição de retirá-la antes da discussão, nós estamos levando para fornecer um novo parecer. Está retirado o projeto, não está sendo discutido, nós teremos que colocar novamente em discussão, colocarmos na pauta para discussão. Está sendo retirado da pauta hoje, por decisão da Mesa Executiva.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, essa decisão de Vossa Excelência é correta. A partir do momento em que se retira o parecer oferecido ao projeto, não tem como figurar na Ordem do Dia, portanto retorna a responsabilidade à Mesa Executiva. retornará oportunamente, quando tiver um novo parecer da Mesa Executiva. E anuncio a Vossa Excelência que retornará figurando na pauta e posteriormente nas duas sessões para discussão.

Por esta razão, senhor presidente, entendo que não cabe, neste momento, apresentação do substitutivo por parte do Deputado Durval Amaral, porque nós teremos um momento apropriado para que esse substitutivo seja por ele oficialmente apresentado, que é no momento que, cumpridas três sessões de pauta e figurando em primeira discussão, neste momento sim, ele poderá oferecer um substitutivo geral.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, era exatamente a questão de ordem que iria levantar, se devo apresentar neste momento um substitutivo geral, aproveitando a primeira discussão que consta, ou se devo aguardar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Posteriormente, quando nós voltarmos com o projeto na pauta.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente. Acolho a decisão de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eli Ghellere, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, Deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Gostaria de aproveitar a ocasião, senhor presidente, para anunciar a presença do vice-prefeito da cidade de Rio Negro, Senhor Antônio Bossi, que é um dos mais destacados homens públicos da cidade e hoje nos honra com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais a visita do vice-prefeito de Rio Negro.

O SR. NEREU MOURA

Uma questão de ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Questão de ordem, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, quero voltar a falar sobre as CPI's. Nós temos as CPI's para serem instaladas e quero ver com Vossa Excelência, quando que as CPI's que ainda não foram instaladas, protocoladas na Mesa, serão instaladas?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Serão instaladas, tão logo o Plenário vote os relatórios das CPI's que foram encerradas. Nós temos hoje, em segunda discussão a de combustíveis. Automaticamente, encerrando o processo de votação, instalaremos já a CPI que está na ordem para ser instalada.

E as demais nós vamos colocar já também, Deputado Nereu Moura, os relatórios finais para serem votados. Peço ao senhor para incluir na pauta da Ordem do Dia, das sessões para serem votados para posteriormente instalarmos as demais.

O SR. NEREU MOURA

Quero encarecer a Vossa Excelência, que faça isso para que possamos começar imediatamente as demais CPI's.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Assumimos um compromisso com o nosso Plenário, que na próxima semana incluiremos na Ordem do Dia, o relatório final das referidas comissões.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 01/2000, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que cria o

Fundo Estadual de Defesa Civil e dá outras providências.
Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 01/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito de atuação da Secretaria de Estado da Casa Militar, o Fundo Estadual de Defesa Civil - Fundec, de natureza contábil, com prazo de duração indeterminado, destinado a captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas às populações atingidas por desastres naturais ou provocados por ação humana.

§ 1º - As ações preventivas, a que se refere o caput deste artigo, compreendem:

I - a elaboração de projetos educativos e de divulgação;

II - a capacitação de recursos humanos, na área de defesa civil;

III - o incentivo a trabalhos técnicos na área;

IV - a redução da vulnerabilidade das áreas de risco;

V - a aquisição e manutenção de matérias, equipamentos e veículos, destinados às ações de defesa civil no Estado.

§ 2º - As ações de socorro, assistenciais e recuperativas compreendem as despesas de custeio operacional e de apoio financeiro às Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - Coredec e às Comissões Municipais de Defesa Civil - Comdec, respaldando providências básicas para atendimento durante e após a fase de impacto.

Art. 2º - O Fundec será provido pelos seguintes recursos decorrentes de:

I - dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Estado e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - transferências de recursos repassados pelo Estado e União;

III - auxílios, contribuições, doações e legados que lhe sejam destinados;

IV - contribuições, auxílios e subvenções decorrentes de convênios ou acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais;

V - receitas provenientes da alienação de equipamento ou material inservível;

VI - saldos apurados no exercício anterior;

VII - outros recursos eventuais.

Parágrafo Único - Os recursos do Fundec serão movimentados em conta específica de banco oficial.

Art. 3º - O Fundo Estadual de Defesa Civil será administrado por uma junta deliberativa com a seguinte composição:

I - o Coordenador Estadual de Defesa Civil, na qualidade de Presidente;

II - o Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná;

III - um representante da Casa Civil;

IV - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda e,

V - um representante indicado pelo Procurador Geral do Estado.

Art. 4º - Da aplicação dos recursos do Fundec será realizada prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 5º - Constituem requisitos essenciais para a liberação de recursos destinados às ações preventivas, a apresentação dos projetos e planos de aplicação, com as respectivas justificativas, apresentadas pela Comissão Municipal de Defesa Civil.

Art. 6º - Despesas de custeio operacional poderão ser autorizadas ao Coordenador Estadual de Defesa Civil, em casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública, até o valor de 1.500 (mil e quinhentas) vezes o piso nacional do salário mínimo vigente no País, *ad referendum* da junta deliberativa, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

Art. 7º - A liberação de recursos destinados às ações de socorro, assistenciais e recuperativas fica condicionada à decretação de Situação de Governador do Estado, nos termos da legislação pertinente.

Art. 8º - Compete à junta deliberativa do Fundo Estadual de Defesa Civil:

I - a deliberação sobre as aplicações de recursos;

II - a aprovação de normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos, de modo a fixar prioridades para a utilização;

III - o encaminhamento à aprovação do Governador do Estado da proposta do orçamento anual;

IV - a elaboração do seu regimento interno;

V - a definição dos critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas;

VI - a análise e aprovação prévia das contas para posterior encaminhamento à apreciação do Tribunal de Contas;

VII - a promoção do desenvolvimento do Fundec e o exercício das ações para o alcance de seus objetivos.

Art. 9º - Compete ao presidente da junta deliberativa:

I - presidir reuniões;

II - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - definir a pauta de reuniões;

IV - administrar os recursos financeiros, apresentado à junta deliberativa a proposta orçamentária anual e o plano de aplicação;

V - prestar contas da gestão financeira;

VI - preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;

VII - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela junta deliberativa;

VIII - exercer outras atribuições necessárias à supervisão e fiscalização do Fundec.

Art. 10 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 - A presente lei será regulamentada pelo chefe do Poder Executivo Estadual, no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.05.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/98, de autoria do Tribunal de Justiça, que extingue e cria cargos na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme específica. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/2000, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Melvin Jones - Distrito LD - 6 de Lions Clubes - Paraná", do Município de Londrina, no Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/2000, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação da Paz, de Paranaguá - PR, com sede e foro em Paranaguá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/2000, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Filadélfia - AERCOF, com sede e foro no Município de Terra Rica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/2001, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação do Clube da Terceira Idade Vovô Feliz de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/2001, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Creche Comunitária Casa da Criança São José, com sede e foro no Município de Curitiba-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/2001, de autoria da CPI da Adulteração de Combustíveis e Sonegação de Impostos, que aprova o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Adulteração de Combustíveis e Sonegação de Impostos.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, solicitando remessa à Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, para cumprimento do disposto no inciso IV do artigo 38 do Regimento Interno desta Casa. **Retirado pelo autor.**

O SR. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente. Fizemos um encaminhamento ontem a esta Mesa, de um requerimento que não estamos conseguindo chegar a uma conclusão quanto ao poder deste Plenário de emendar, acrescentar o relatório das CPI's de forma geral.

Evidentemente, é um projeto de resolução que foi encaminhado a Mesa, e que na verdade caberia a este Plenário fazer solicitações, emendas no sentido de acrescentar algumas questões que entendo ser necessária ao relatório. No entanto, a Mesa nos orientou no sentido que o relatório seria aprovado sim, ou não. De forma plebiscitária. Não concordo, até por ser um projeto de resolução.

E o requerimento que encaminhei ontem, foi à Mesa Diretora e não foi colocado em apreciação.

Neste momento eu queria fazer uma questão de ordem.

Primeiro, os anexos do relatório da Comissão da CPI dos Combustíveis, são pertencentes ao relatório, correto?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Perfeitamente. Está à disposição de todos os parlamentares.

O SR. EDSON STRAPASSON

Exatamente. Fiz um requerimento para ter acesso a cópias desses anexos, e fui informado que, pelo Depu-

tado Durval Amaral, poderia ter acesso mas não poderia ter cópia. Não concordo muito com isso. Não tive condições nenhuma de ter acesso a esses anexos.

Portanto, fica uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à questão de ordem de Vossa Excelência. Todos os documentos da CPI não são sigilosos. Estão à disposição de qualquer parlamentar que possa verificar, inclusive solicitar cópias do parecer.

O SR. EDSON STRAPASSON

Exatamente. Foi nesse sentido que encaminhei o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência pode solicitar à Mesa Executiva, que será fornecido imediatamente.

O SR. EDSON STRAPASSON

Solicitei já.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deve ter sido encaminhado à Comissão Executiva para tomar as providências para que cheguem ao poder de Vossa Excelência, as informações solicitadas.

O SR. EDSON STRAPASSON

Exatamente por eu não ter recebido esses anexos, não ter podido ter acesso a eles até o momento que solicitei o requerimento no sentido que fosse cumprido o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência terá até amanhã esses documentos solicitados.

O SR. EDSON STRAPASSON

E quanto ao requerimento da Comissão de Comissão de Defesa do Consumidor?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Terá que ser votado pelo Plenário.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Para Encaminhar**)

Em virtude de todos esses argumentos levantados, principalmente pelo Deputado Strapasson, estamos sugerindo que nos abstenhamos de votar em relação a este Relatório Final dos Combustíveis.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, respondendo a questão de ordem de Vossa Excelência a Mesa Executiva não está negando fornecer a todos os parlamentares os documentos. Está à disposição.

O SR. WALDIR PUGLIESI

Está claro isto.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, pode ser emendado esse relatório ou este Plenário vota sim ou não?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aprovando ou não o relatório. O relatório foi feito pela Comissão, pelo relator da Comissão e foi aprovado na Comissão. O Plenário tem obrigação de aprovar ou desaprovar o Relatório Final.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, até entendo a necessidade de urgência da tramitação desses relatórios para que as próximas CPI's dêem sequência a esta Casa, retiro este requerimento pedindo o encaminhamento à Comissão de Defesa do Consumidor, até para que o Plenário possa se manifestar e quero dizer: se este Plenário só pode optar pelo Sim e pelo Não ao relatório, aprova ou não aprova, eu encaminho até de forma a abstenção do voto, porque não tive conhecimento do total teor do relatório, sendo que os anexos, apesar do requerimento que encaminhei à Mesa, já faz quase uma semana, não tive conhecimento, acesso ou cópia desse requerimento, portanto não posso votar um relatório que desconheço na sua integridade. De qualquer forma, gostaria de fazer o encaminhamento, na sequência, solicitando que as cópias sejam a mim fornecidas, independente da votação de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está à disposição de Vossa Excelência e de todos os parlamentares desta Casa.

Em votação o Projeto de Resolução em 2ª discussão nº 010/2001. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, registrando o voto, a abstenção da Bancada de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/2000, de autoria do Deputado Hermas Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança de Cornélio Procópio, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no D.A. nº 051/2000, de 16/05/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 151/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, tem por objetivo declarar de

Utilidade Pública a Casa da Criança de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/2001, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Portadores de Hepatite C, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 007/2001, de 05.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 026/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Portadores de Hepatite C, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após cumprido o prazo do Art. 1º, inciso I da Lei nº 6994/78, onde estabelece a obrigatoriedade da entidade possuir personalidade jurídica há mais de um ano, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se favoravelmente à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/2001, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Social Evangélica Betel de Matelândia, com sede e foro em Matelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 046/2001, de 25/04/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 151/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Assistência Social Evangélica Betel de Matelândia, com sede e foro no Município de Matelândia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 076/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/2001, que altera a Redação do Artigo 1º, da Lei nº 9998, de 25 de junho de 1992, que estabelece percentual de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina comercializada no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2001, de 21.03.2001 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 076/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 9998, de 25 de junho de 1992, que estabelece percentual de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina comercializada no Estado do Paraná.

Chama da esta Comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 076/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/2001, que objetiva alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 9998, de 25 de junho de 1992, que estabelece percentual de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina comercializada no Estado do Paraná.

O projeto em questão, já mereceu o devido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua § 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, podemos observar na própria justificativa do autor da matéria, que a referida Lei nº 9998/92 fixa em 22% (vinte e dois por cento) o percentual de adição de álcool à gasolina e a proposta é no sentido de elevar o percentual para 24% vinte e quatro por cento).

Por outro lado, tal projeto trará benefícios reduzindo os níveis de poluição do ar, bem como melhoria nos índices da receita pública do Estado, trará ainda, melhores condições para comercialização dos estoques de álcool existentes.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.05.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/2001, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública, a ABEFI - Associação Beneficente Evangélica de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2001, de 24.04.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 148/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Chico Noroeste, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a ABEFI - Associação Beneficente Evangélica de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 14/2001, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera a redação do artigo 127 do Regimento Interno conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CE. SUBSTITUTIVO GERAL DA CE. **(Publ. no DA nº 055/2001, de 09.05.2001).**

COMISSÃO EXECUTIVA PROJETO DE LEI Nº 14/2001

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Resolução nº 14/2001, de autoria do nobre Deputado Durval Amaral, tem por objetivo alterar o artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada a opinar, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno, a Comissão Executiva não encontrou nenhum óbice para a tramitação da Proposição nesta Casa de Leis.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável pelo envio do presente projeto de resolução à deliberação do Plenário desta Casa, na forma da Emenda Substitutiva Geral, apresentada, como sugestão, pelo próprio autor da proposição, Deputado Durval Amaral.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.05.2001.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

**SUBSTITUTIVO GERAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/2001**

Art. 1º - O artigo 127 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 127 - As matérias de proposições rejeitadas, as não sancionadas, as objeto de retirada ou de arquivamento, assim como as constantes de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de nova proposição na mesma sessão legislativa ainda que na forma de iniciativa popular, mediante proposta da maioria dos Deputados.

Parágrafo Único - As proposições de iniciativa de outros Poderes, do Procurador-Geral de Justiça, do presidente do Tribunal de Contas ou de cidadãos aplicar-se-ão as mesmas regras do *caput* deste artigo”.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.05.2001.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Retirado, por decisão da Mesa Executiva.

O SR. NEIVO BERALDIN

Pela ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, apenas quero lembrar a este Plenário, que há mais de um mês atrás, a Comissão do Meio Ambiente encaminhou um requerimento ao Instituto Ambiental do Paraná, no que se refere a Adrianópolis e também à Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Bento Munhoz da Rocha. E até o presente momento, mais de cinquenta dias se passaram e a Comissão de Meio Ambiente não recebeu as respostas e os resíduos industriais, que muito provavelmente, estão contaminando as crianças do Vale do Ribeira, especificamente, de Adrianópolis, ainda se encontram no mesmo lugar. Portanto, não houve nenhuma manifestação, após a matéria ter cessado na comissão. Não houve resposta. Era esta a constatação que queria fazer a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos verificar, Deputado Neivo Beraldin, o dia em que foi encaminhada a solicitação, tanto à Secretaria do Meio Ambiente, à Secretaria de Saúde e à Fundação Bento Munhoz da Rocha. Esta Mesa cobrará, com certeza, respostas das referidas secretarias e órgãos.

Estamos recebendo um ofício, que foi adiado, ontem, do Deputado Edson Strapasson, solicitando providências ao senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: requer providências do Deputado Hermas Brandão, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que conste no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito...(Lê). Não podemos sugerir que o Ministério Público quebre. Já foi encaminhado ao Ministério Público, o relatório final e esperamos que este tome as providências cabíveis. Estivemos lá, pessoalmente, junto com Vossa Excelência o Deputado Tony Garcia, fazendo a entrega ao Ministério Público, deste relatório. O Ministério Público recebeu todos os anexos. Foram aproximadamente cem quilos de papel.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1449, de autoria do Deputado Nereu Moura, com a apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Eli Ghellere e Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Verificação de votação, a pedido do Deputado Durval Amaral. 11 senhores deputados aprovam. 19 senhores deputados rejeitam. **Rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 1454, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Eli Ghellere, Chico Noroeste, Irineu Colombo, Luiz Accorsi e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, veja bem, esta Casa, ontem, através do Deputado Ricardo Chab e de outros deputados, Deputado Custódio da Silva, estivemos presentes, além de uma Comissão formada pela Assembléia, na tentativa de encontrar um denominador comum para que se encerrasse o protesto das mulheres de policiais militares. As mulheres estão dando a trégua que o governo pediu, de 60 dias, desmontaram o seu protesto e a polícia hoje volta a atuar novamente. Quero pedir a compreensão da Bancada, do líder do Governo, que não há razão para votar contrário a este requerimento, desde que o assunto já está superado, inclusive. Agora o que se pede é para que não haja punição aos policiais militares que, por ventura, tenham participado desse protesto.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Veja só, senhor presidente, nós mesmo fizemos um entendimento, ontem, com o Secretário Tavares, vários

deputados acompanharam o Secretário Tavares, tenho o maior apreço pelo Deputado Vanhoni. Efetivamente nós poderíamos fazer o requerimento de apoio ao movimento mas nesse requerimento, apresentado pelo Deputado Vanhoni, ele é muito categórico ao afirmar voto de repúdio. Repudia qualquer processo punitivo, fala das reivindicações. Acho que se o Deputado Vanhoni pudesse retirar o requerimento e apresentar como forma de solidariedade e apoio, até por que já prestamos esse apoio, a Bancada da Situação não se recusará.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Durval Amaral, e se eu retirar a palavra repúdio?

O SR. DURVAL AMARAL

Retirada a palavra repúdio nós concordamos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento.

Aprovado.

Requerimento nº 1467, de autoria do Senhor Deputado Eli Ghelleri, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, encareço ao Deputado Eli Ghelleri, para que, se for possível, retire este requerimento, haja vista que já tenho a resposta, com todo teor do requerimento apresentado pelo Deputado Eli, todos os itens foram respondidos pelo Secretário de Segurança Pública.

Passo às suas mãos, imediatamente, então encareço para que Vossa Excelência retire o requerimento, haja vista que já está respondido. Se houver algum ponto, depois, que seja necessário maior esclarecimento, estarei à sua disposição.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Excelência. Nós estamos recebendo, quase todos os dias reclamações de entidades de Foz do Iguaçu, da região, quanto à questão da segurança. O meu requerimento só pede que seja passado às mãos do Secretário da Segurança uma reclamação vinda do Iguaçu Convention Bureau, em Foz do Iguaçu. Ele nem está pedindo muitas providências mas assim que o Secretário da Segurança fique sabendo das correspondências que chegam em nosso gabinete.

Eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi retirado pelo autor.

Requerimento nº 1472, de autoria dos Senhores Deputados Eli Ghelleri e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Gostaria que fosse lido o teor do requerimento para evitar a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao nosso 1º Secretário leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede à leitura do requerimento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

O nobre líder do Governo dispensa a leitura.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Exatamente, senhor presidente, está entendido o conteúdo do requerimento. A liderança do Governo concorda com a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento do Deputado Eli Ghelleri e Luiz Carlos Zuk. **Aprovado.**

Requerimento nº 1476, de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Entendo que é um requerimento para conhecimento até porque durante o trabalho da CPI foi feito um trabalho em conjunto com a Secretaria de Estado de Finanças, onde foram autuadas diversas empresas por sonegação e adulteração, e na verdade, nós queríamos saber o resultado efetivo, segundo relatório são 25 milhões de dívidas com o ICMS, em torno de 17 milhões de multas e juros. No entanto sabemos que as empresas de forma geral tem os seus recursos e muitas vezes a atuação é feita de forma imediata, cometendo até injustiça e para conhecimento nós queríamos saber o resultado efetivo, sabendo qual o valor efetivo de recolhimento de multas, juros e dívidas de ICMS por essas empresas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o líder do Governo que foi inclusive relator, se nos autos, nos processos constam esses autos de infração.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente, inclusive há um relatório sintético com todas as empresas e em todos os processos constam o auto de infração. Quero só encarecer ao Deputado Edson Strapasson que esta questão de ordem...

O SR. EDSON STRAPASSON

Presidente, só para evitar a gente ficar questionando, tenho evidentemente o relatório da Comissão, foi o que eu citei agora, que relaciona inúmeras empresas

que foram autuadas por dívida de ICMS em torno de 25 milhões e em torno de 17 milhões de autuações. O que quero saber é o desdobramento disso, os resultados efetivos, até por que cabe às empresas recursos até por autuações indevidas em relação ao ICMS. E, evidentemente, gostaria de ter uma relação dos valores aplicados que não temos, e acredito que nem o senhor deva ter, neste momento, e que pode a Secretaria nos informar, se for possível.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, para encaminhar

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Tendo a preocupação do nobre Deputado Edson Strapasson, efetivamente, no relatório final consta a relação das empresas, os autos de infração que foram lavrados, não se tem ali detalhado se as empresas recolheram os 44 milhões que foram arrecadados ou não. Entretanto, senhor presidente, não obstante, que isso está facultado ao senhor parlamentar que poderá, inclusive, além de ter acesso ao relatório e aos anexos da CPI, também se dirigir à Secretaria da Fazenda, ao Departamento Fiscal e também à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público na Secretaria da Fazenda, onde é titular a doutora Rosane, Promotora de Justiça, onde todos os processos de sonegação fiscal - apurados pela CPI foram encaminhados. Encontram-se em mãos da doutora, Rosane, para aqueles casos que identificarem crime de sonegação - fiscal, possam ser os infratores denunciados. Na verdade, são - vários infratores, mas com relação ao objetivo específico do requerimento, o artigo 128 do Código Tributário Nacional, senhor deputado, que trata do "sigilo da Fazenda Pública e seus agentes", é muito claro ao afirmar que, sem prejuízo do disposto na legislação criminal é vedada a divulgação para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação - obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros ou sobre a natureza e estado de seus negócios ou atividades.

Encareço ao Deputado Strapasson, até para que os agentes públicos não incorram em crime de responsabilidade perante o Código Tributário Nacional, de divulgar documentos fiscais - sigilosos, para que esse requerimento seja retirado.

Acho que muitas das informações serão encontradas pelo deputado, na análise do relatório final da CPI, ou até mesmo em entendimento direto com a doutora Rosane, que cuida do patrimônio público do Estado do Paraná, que está encarregada do oferecimento de denúncia para todos aqueles empresários que cometeram - crime de sonegação fiscal ou efetivamente, apropriação indébita do ICMS que caracteriza muitos casos apurados pela CPI.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência mantém o requerimento?

O SR. EDSON STRAPASSON

Retiro o requerimento temporariamente até para avaliar esta questão, imagino que grande parte destes encaminhamentos estejam em fase de recurso, mas irei à Secretaria da Fazenda. Os valores efetivamente pagos de contribuições, ICMS são públicos, porque as empresas divulgam como forma de justificar o pagamento dos seus impostos.

Retiro temporariamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirado o requerimento.

Requerimento nº 1488, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1500, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1501, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1502 e 1503, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1504, de autoria da Senhora Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1506 e 1507, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1509, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 1510, 1511, 1512, 1513 e 1514, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1515, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1520, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1521, de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1523 e 1524, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1525, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorin Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1519, de autoria dos Senhores Deputados Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Orlando Pes-

suti, Luciana Rafagnin e Ademir Bier, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1484, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DEPUTADO CUSTÓDIO

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença de um líder político nesta Casa, no dia de hoje, Senhor Claudemir Aparecido de Miranda, ex-candidato a vereador da cidade de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23 á hora regimental,

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 151/2000, 003, 026, 076, 148 e 151/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 104,325, 367, 411/2000, 188 e 189/2001.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 297/2000

I - exonerar, a pedido, SÉRGIO VICENTE ZANONI, dos cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de agosto de 2000;

II - prover, ROSELENE APARECIDA ZANONI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de agosto de 2000;

III - prover, CHARLES PEREIRA LUSTOSA SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de agosto de 2000;

(Prot. nº 7290/2000)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.08.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 298/2000

I - exonerar, a pedido, MARIA HELENA DOS SANTOS CAPEL, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do gabinete da 1ª Vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de agosto de 2000;

II - exonerar, a pedido, JOÃO PEDRO CAETANO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de agosto de 2000;

III - prover, MARIA HELENA DOS SANTOS CAPEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de agosto de 2000;

IV - prover, JOÃO PEDRO CAETANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do gabinete da 1ª Vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de agosto de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 7335/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 299/2000

I - prover, RENATA RODRIGUES SIMÕES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

II - exonerar, a pedido, VICENTE DE PAULA PALHARES FILHO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de agosto de 2000;

III - prover, PRISCILA GONÇALVES GABASA PEREZ, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de agosto de 2000;

IV - prover, CLÁUDIO ROBERTO PRUDÊNCIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de julho de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 300/2000

exonerar, a pedido, ENÉIAS POLINI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de agosto de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 301/2000

I - exonerar, a pedido, MARIA IZABEL BONET, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Tony Garcia, a partir de 1º de agosto de 2000;

II - prover, LUIZ UBIRAJARA DA LUZ SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Tony Garcia, a partir de 1º de agosto de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção

Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo como Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, ROBERTO ÂNGELO DE SIQUEIRA, dos cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Tony Garcia, a partir de 1º de agosto de 2000;

IV - prover, ROBERTO ÂNGELO DE SIQUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Tony Garcia, a partir de 1º de agosto de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 302/2000

I - exonerar, a pedido, GERSON ANTÔNIO FIGUEL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do Deputado Albanor Gomes, a partir de 1º de agosto de 2000;

II- exonerar, a pedido, LUIZ ANTÔNIO ZAWILINSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do Deputado Albanor Gomes, a partir de 1º de agosto de 2000;

III - prover, ARISVALDO CANTELLE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Albanor Gomes, a partir de 1 de agosto de 2000.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 17.08.200.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 54/2001

colocar, à disposição do Instituto de Saúde do Paraná (6º Regional de Saúde), a servidora deste Poder Legislativo, Doutora ONI RIBAS BUENO, matrícula nº 40705, até a data de 31.12.2001, para prestar serviços junto ao Hemocentro de União da Vitória, sendo com ônus para órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.04.2001.

PORTARIA Nº 55/2001

prorrogar, a disposição do servidor deste Poder Legislativo, ALAN CASTELLO BRANCO GRADOWSKI, matrícula nº 40954, para prestar serviços junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2001.

(Prot. nº 4354/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.05.2001.

PORTARIA Nº 56/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO, matrícula nº 40720 funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-413, lotado no Departamento de Pessoal, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, a Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3975/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.05.2001.

PORTARIA Nº 57/2001

interromper, a pedido, a licença sem vencimento por dois (02) anos, para o trato de interesse particulares, de acordo com o artigo 242, da Lei nº 6.174/70, concedida em 02 de maio de 2000, pela Portaria nº 64/2000, a SIMONE SALLES BELLINATI, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, matrícula nº 40.165, ocupante do cargo de Agente Administrativo “A”, nível 61, a partir da data da publicação desta Portaria.

(Prot. nº 4341/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 16.05.2001.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral